



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ª VARA REGIONAL EMPRESARIAL E DE CONFLITOS DE ARBITRAGEM DA 2ª REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

= DISTRIBUIÇÃO COM URGÊNCIA =
= RISCO DE DANO IRREPARÁVEL E AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO PRINCIPAL =

R. B. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 03.779.754/0001-80 (“R.B. ENGENHARIA”), com sede na Rua Mem de Sá, nº 1.050, Jardim Nova Iorque, na cidade de Araçatuba/SP, CEP 16018-090, e ILHAS DO PACÍFICO EMPREENDIMENTO SPE LTDA., sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 17.750.901/0001-01 (“ILHAS DO PACÍFICO”), com sede na com sede na Rua Mem de Sá, nº 1.050, sala 1, Jardim Nova Iorque, na cidade de Araçatuba/SP, CEP 16018-090, na cidade de Araçatuba/SP, doravante denominadas “REQUERENTES”, neste ato representadas na forma dos seus atos constitutivos (Doc. 1), vem, por seus advogados abaixo assinados (Doc. 2), respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, formular a presente TUTELA



CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE, com fundamento no art. 20-B, §1º¹, c/c art. 189², todos da Lei nº 11.101/05 (“LFRE”), c/c o arts. 294³, 297⁴, 300⁵, 305⁶, e seguintes do Código de Processo Civil (“CPC”), sendo a medida necessária para que se preserve a atividade empresarial das Requerentes e se assegure o resultado útil dos procedimentos de **mediação** antecedentes ao pedido de Recuperação Judicial/Extrajudicial, que será ajuizado perante este D. Juízo, na forma da Lei, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

I. COMPETÊNCIA

1. Inicialmente, cumpre destacar as razões, de fato e de direito, pelas quais o pedido de Tutela Cautelar Antecedente das Requerentes deve ser processado perante uma das Varas Regionais Empresariais e de Conflitos de Arbitragem da 2ª Região Administrativa Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2. A fim de atender o princípio da eficiência e de padronizar os procedimentos de implantação de políticas de gestão judiciária, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pela Resolução 560/2012, criou Regiões Administrativas

¹ **Art. 20-B.** Serão admitidas conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial, notadamente:

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo, será facultado às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, nos termos do art. 305 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, para tentativa de composição com seus credores, em procedimento de mediação ou conciliação já instaurado perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do tribunal competente ou da câmara especializada, observados, no que couber, os arts. 16 e 17 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

² **Art. 189.** Aplica-se, no que couber, aos procedimentos previstos nesta Lei, o disposto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), desde que não seja incompatível com os princípios desta Lei.

³ **Art. 294.** A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

⁴ **Art. 297.** O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.

⁵ **Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

⁶ **Art. 305.** A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Judiciárias (“RAJs”), constituídas pelo agrupamento de Circunscrições Judiciárias contíguas, conforme demonstrado no mapa abaixo:

Regiões Administrativas Judiciárias



3. A 2ª RAJ abrange as comarcas de Andradina, Araçatuba, Auriflama, Bilac, Birigui, Buritama, Cafelândia, Getulina, Guararapes, Ilha Solteira, Jales, Lins, Mirandópolis, Palmeira D'Oeste, Penápolis, Pereira Barreto, Promissão, Santa Fé do Sul, Urânia e Valparaíso.

4. Em 06.06.2022, pela Resolução nº 868/2022, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou a criação das 1ª e 2ª Varas Regionais Empresariais e de Conflitos de Arbitragem, a fim de dar segurança jurídica, uniformidade e celeridade em casos que envolvam matéria empresarial, nas ações relativas à Direito de Empresa (Livro II, Parte Especial do Código Civil), sociedades anônimas (Lei nº 6.404/76), propriedade industrial e concorrência desleal (tratadas especialmente na Lei nº 9.279/96), franquias (Lei nº 8.955/94), **falências, recuperações judiciais e extrajudiciais (Lei nº 11.101/05)**, incluídas as ações penais (art. 15 da Lei Estadual nº 3.947/83), bem como as ações decorrentes da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96).



5. Nos termos do quanto determina a LFRE, em seu art. 3º⁷, a competência para processar as demandas que envolvam as ferramentas postas à disposição dos devedores pela legislação recuperacional se justifica pela localização do seu principal estabelecimento.

6. Pois bem. Como bem prevê a consolidada jurisprudência, a definição do “principal estabelecimento”, mencionado no art. 3º da LFRE, está relacionada à uma *situação fática da empresa, especialmente ao local de onde partem as ordens que a mantêm em ordem e funcionamento*⁸, ou seja, onde são emanadas as principais decisões administrativas e gerenciais:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARÁ. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS E MEDIAÇÃO ANTECEDENTE A PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CAUTELARES. JUÍZO COMPETENTE PARA O PEDIDO PRINCIPAL. ESTABELECIMENTO PRINCIPAL DO DEVEDOR. CRITÉRIO ECONÔMICO: MAIOR VOLUME DE NEGÓCIOS DA EMPRESA E CENTRO DE GOVERNANÇA DOS NEGÓCIOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA PAULISTA. 1. Também no procedimento de recuperação judicial vigora a máxima de que a competência para o conhecimento e julgamento de pedido cautelar é do Juízo competente para conhecer e julgar o pedido principal de recuperação judicial. 2. Nos termos do art. 3º da Lei 11.101/2005, o juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o do foro de situação do principal estabelecimento do devedor, assim considerado o local mais importante das atividades empresárias, ou seja, o de maior volume de negócios e centro de governança desses negócios. 3. Esse entendimento é ainda mais adequando quando se trata de sociedades empresárias de grande porte, dedicadas a complexas atividades econômicas de produção e circulação de bens e serviços, como as de produção de commodities agrícolas, minerais e florestais, hipóteses em que, enquanto a produção e extração são processadas no interior do país, em vastas áreas nos territórios de diversos Estados, ou mesmo em alto mar, como nos casos de petróleo e gás, o centro nevrálgico do empreendimento, onde tomadas as decisões e realizadas as

⁷ Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

⁸ BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falências: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo, 11ª ed., 2016, São Paulo, Ed. RT, p. 81



principais transações, é situado em distantes grandes centros urbanos, empresariais e financeiros. 4. Não se pode perder de vista a extrema complexidade e necessária interligação de atividades e negócios na gigantesca engrenagem do mundo capitalista globalizado, caracterizado pela diversidade de especializadas contratações inter-relacionadas, envolvendo, frequentemente, densa cadeia produtiva abrangendo exportação, câmbio, transporte marítimo, venda antecipada da produção, negociação em bolsas de mercadorias e financiamento das atividades. 5. É esse o contexto sob exame, em que as complexas atividades da devedora vão desde a extração mineral, realizada no interior do Estado do Pará, até as inúmeras contratações celebradas em centro metropolitano, onde se identifica o local mais importante das operações sociais, por ser abrangente do maior volume de negócios e do núcleo decisório da sociedade, situado na cidade de São Paulo, como o principal estabelecimento da sociedade suscitada. 6. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência da Justiça do Estado de São Paulo.⁹ (g.n.).

7. De acordo com os ensinamentos de SÉRGIO CAMPINHO, o principal estabelecimento de uma empresa pode ser definido como:

Consiste ele na sede administrativa, ou seja, o ponto central de negócios do empresário no qual são realizadas as operações comerciais e financeiras de maior vulto ou intensidade, traduzindo o centro nervoso de suas principais atividades. Nas palavras de Amaury Campinho, consiste “no lugar onde o empresário centraliza todas as suas atividades, irradia todas as ordens, onde mantém a organização e administração da empresa. Não é necessário que seja de melhor ornamentação, o maior luxo, ou o local onde o empresário faça maior propaganda. O que importa, em última análise, é ser o local de onde governa sua empresa.”¹⁰

8. *In casu*, a sede, o centro diretivo, administrativo e financeiro das empresas R.B. Engenharia e Ilhas do Pacífico está situado na Rua Mem de Sá, nº 1.050, Jardim Nova Iorque, na cidade de Araçatuba/SP, CEP 16018-090, onde (i) são realizadas as suas principais atividades; (ii) são tomadas as principais decisões; e (iii) estão alocados a

⁹ STJ - AgInt no CC: 186905 SP 2022/0082221-0, Data de Julgamento: 28/09/2022, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 13/10/2022.

¹⁰ CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa, Editora Saraiva, 2018, p.52.

diretoria, o departamento financeiro, o departamento pessoal, os seus livros e a contabilidade da empresa. Confira-se:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.779.754/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/05/2000
NOME EMPRESARIAL R. B. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES			OUTROS DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MEM DE SA	NÚMERO 1.050	COMPLEMENTO *****	
CEP 15.018-090	BARRIO/DISTRITO JARDIM NOVA YORQUE	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.750.901/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/03/2013
NOME EMPRESARIAL ILHAS DO PACÍFICO EMPREENDIMENTO SPE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			OUTROS DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MEM DE SA	NÚMERO 1050	COMPLEMENTO SALA: 01;	
CEP 15.018-090	BARRIO/DISTRITO JARDIM NOVA YORQUE	MUNICÍPIO ARACATUBA	UF SP

9. Nesse contexto, considerando o local do principal estabelecimento da R.B. Engenharia e da Ilhas do Pacífico, uma das Varas Regionais Empresariais e de Conflitos de Arbitragem da 2ª Região Administrativa Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é, portanto, a única competente para processar e julgar a presente Tutela Cautelar.

II. BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AS REQUERENTES E RAZÕES DA CRISE

10. A R.B. Engenharia é uma empresa especializada em construção civil, com início de suas atividades no ano de 2000, na cidade de Araçatuba/SP, cuja atuação foi idealizada e realizada diretamente por seus sócios e fundadores Ricardo Benez Neto e Antonio Fernando De Francisco Filho, voltada, inicialmente, para serviços de conservação de rodovias, com expansão do *mix* de serviços no segmento de empreendimentos imobiliários nos anos subsequentes.

11. Com o *know-how* de seus fundadores – engenheiros – em 2005, a empresa passou a realizar obras voltadas à edificação de prédios nos setores público e privado, com a geração de centenas de postos de trabalho diretos e indiretos, além de se tornar referência na economia local e no Estado de São Paulo, destacando-se os contratos firmados para a construção da Usina Clealco Açúcar e Álcool S.A. (Clementina/SP), do Colégio Nossa Senhora Aparecida (Araçatuba/SP), Terminal Rodoviário (Castilho/SP), Centenário de Imigração Japonesa (Araçatuba/SP), Auditório da Escola SENAI (Duque de Caxias/RJ) etc. Veja-se:





12. Em 2007, a R.B. Engenharia iniciou a atividade de edificação de condomínios residenciais próprios, tendo como 1º empreendimento o Residencial Porto Príncipe, localizado em uma das regiões mais nobres e privilegiadas da cidade de Araçatuba/SP.



Rua Elvira Ferraz, nº 250 - FL4300 - Office - Conj. 205/208 - V. Olímpia - São Paulo - SP - 04552-040
+55 (11) 2665-8181





13. Atualmente, a R.B. Engenharia não é somente uma empresa especializada no desenvolvimento e edificação de obras da construção civil, mas também possui equipamentos necessários para a execução de serviços de infraestrutura como rede de galerias de águas pluviais, construções de obras de arte em concreto, terraplenagem e pavimentação asfáltica. Veja-se:

Nossos serviços:

- ✓ **Infraestrutura:**
Rede de galerias de águas pluviais, construções de obras de arte em concreto, execução de rede de água potável e rede coletora de esgoto;
- ✓ **Pavimentação:**
Guias e sarjetas, terraplenagem e pavimentação asfáltica;
- ✓ **Edificações No Setor Público:**
Reforma e construção de agências bancárias, escolas, postos de serviços, prédios públicos, fóruns (tanto para o Governo Federal quanto Estadual)
- ✓ **Edificações No Setor Privado:**
Construções de escolas, concessionárias, postos de combustíveis, unidades hospitalares e diversos segmentos.
- ✓ **Empreendimentos Próprios:**
Condomínio Residencial Antilhas, Condomínio Residencial Porto Príncipe, Condomínio Residencial Porto Príncipe

14. Frisa-se que o sucesso dos empreendimentos se deu em razão da expertise adquirida ao longo da trajetória da R.B. Engenharia e, por conseguinte, das Sociedades de Propósito Específico constituídas para cada empreendimento, somada ao excelente relacionamento comercial que as Requerentes tinham com a Caixa Econômica Federal, como financiadora dos empreendimentos, bem como pela qualidade, eficiência, segurança, satisfação de clientes e fornecedores, observando os prazos de entrega previamente estabelecidos, com padrão de Grande Construtora, e ganhando notoriedade em Araçatuba e região.

15. Na trajetória de desenvolvimento e especialização, a R.B. Engenharia sempre pautou as suas atividades no compromisso pela qualidade na prestação de serviços e no excelente atendimento comercial, o que garante a satisfação dos clientes,



a capacitação de seus colaboradores por estímulos de desenvolvimento pessoal e profissional, além de sua conscientização acerca de suas responsabilidades ambientais, de saúde e segurança ocupacional.

16. Como demonstrado, ao longo de sua existência, a R.B. Engenharia sempre investiu na ampliação de suas atividades, na modernização de sistemas logísticos e operacionais, na aquisição de equipamentos de última geração e no desenvolvimento organizacional, sem deixar de lado o desenvolvimento pessoal e intelectual de seus colaboradores, pilar para a qualidade na prestação de serviços, sempre acreditando no desenvolvimento do país e no seu relevante papel de indutor do crescimento socioeconômico local.

17. No caminho desse cenário de consolidação da marca e crescimento, a R.B. Engenharia firmou com a DEMOP Participações, empresa de engenharia e infraestrutura, 2 (dois) contratos públicos de subempreitada – Osvaldo Cruz e Birigui -.

18. Ocorre que, para a surpresa da R.B Engenharia, no ano de 2013, a DEMOP foi alvo de Ação da Polícia Federal, denominada “Operação Fratelli”, para apuração de supostos crimes contra a Administração Pública, pois supostamente estaria sendo privilegiada com verbas públicas, ante o número expressivo de contratos que a empresa detinha com a Administração Pública.

19. Em que pesem os contratos de subempreitada firmados entre R.B. Engenharia e DEMOP sejam legais, o apontamento na investigação acabou maculando a imagem da R.B. Engenharia, que também sofreu ações cíveis e investigações de todos os processos de licitações pretéritos que contaram com a participação de ambas as empresas, independente do resultado.

20. Com isso, a R.B. Engenharia passou a sofrer reiterados bloqueios judiciais e indisponibilidade de bens, abalando o fluxo de caixa da empresa,



comprometendo também a relação com as instituições bancárias, as quais deixaram de disponibilizar crédito à R.B. Engenharia.

21. Assim, os atrasos no pagamento de salários, impostos e fornecedores foi inevitável, inviabilizando também a renovação do GERIC junto à Caixa Econômica Federal, a sua principal apoiadora financeira, exatamente na fase de construção de alguns dos empreendimentos.

22. Em virtude disto, houve o aumento dos prejuízos, pois, não obstante a R.B. Engenharia já havia investido em estudo de viabilidade, confecção e elaboração de projetos, locação de área, comercialização de imóveis na planta, as vendas estagnaram e diversos clientes rescindiram os contratos, obrigando o retorno das unidades habitacionais para o seu estoque.

23. Contudo, dada a sua missão de transparência e, também, para minimizar os prejuízos sofridos pelos seus clientes, a R.B. Engenharia tentou negociar a devolução de valores, bem como cedeu um de seus empreendimentos, o Residencial Harmony, à Conscape Construtora, com a esperança de que os clientes fossem atendidos.

24. Sem alternativas, a R.B. Engenharia vendeu a sua filial, uma Usina de Asfalto e, também, buscou novos empréstimos, oportunidade em que obteve crédito junto à Caixa Econômica Federal mediante o oferecimento do imóvel situado na Rua Mem de Sá, nº 1050, Araçatuba/SP, onde está localizada a sede da empresa, já adjudicado em favor da credora.

25. Além disso, é fato que o ilusório cenário de crescimento, subsidiado equivocadamente por recursos tomados junto às instituições financeiras, muitos deles garantidos com ativos essenciais à manutenção das atividades da empresa, se deu em um dos piores cenários da economia nacional e, em 2016, no auge da crise, a empresa já estava condicionada ao pagamento de dívidas expressivas e não mais possuía capital de giro



e fluxo de caixa para lidar com os efeitos da forte recessão no setor da construção civil naquele ano, de forma que o seu faturamento despencou. Confira-se¹²:



26. E mais: que a fragilidade financeira da R.B. Engenharia foi acentuada pelos reflexos econômicos e sociais decorrentes da Covid-19, na medida em que o segmento de construção civil foi um dos mais afetados pela pandemia, que emergiu no início de 2020, cujos efeitos são sofridos até os dias de hoje, haja vista a paralisação das obras (medidas de isolamento), redução das jornadas de trabalho, alta do dólar e da Taxa Selic, como medida de conter a inflação. Confira-se¹³:

¹² [Brasil perde mais de 430 mil empregos na construção entre 2015 e 2016 | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018/06/brasil-perde-mais-de-430-mil-empregos-na-construcao-entre-2015-e-2016)

¹³ [Home - CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção](https://www.cbic.org.br/)



27. E, ainda, abaixo segue gráfico que demonstra os impactos no segmento da construção civil em virtude da pandemia¹⁴, haja vista o cenário de completa insegurança instaurado, destacando-se as quedas mais acentuadas nos anos de 2016 e 2020:



28. Em acréscimo às razões alhures, pondera-se, ainda, que, entre as dívidas da empresa, o débito que decorre do contrato celebrado com a Caixa Econômica

¹⁴ [O impacto da pandemia na construção civil: a retomada do crescimento \(engenharia360.com\)](https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000006-77.2023.8.26.0359 e código Ar9QSCMv.)



Federal, sob o nº 155553044789-9, na modalidade ABERTURA DE CRÉDITO E MÚTUO PARA CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA COM RECURSOS DO FGTS, com valor máximo, total de R\$ 33.925.142,70, sendo liberada efetivamente a importância de R\$ 27.944.904,23, que deveria ser saldada em 24 (vinte e quatro) meses, contados do término da obra.

29. A Caixa Econômica Federal, visando à persecução de seu crédito, ajuizou a Execução de Título Extrajudicial de nº 5002849-17.2018.4.03.6107, em trâmite perante 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Araçatuba/SP, em desfavor da Ilhas do Pacífico, ora Requerente, emitente da cédula e integrante do polo ativo da presente Tutela, bem como em desfavor de R.B. Engenharia e dos demais coobrigados da operação celebrada, pleiteando, inicialmente, o pagamento do valor de R\$ 24.919.906,51 (vinte e quatro milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e um centavos), atualizado até 11.12.2018.

30. Ainda, no curso do referido processo, foram requeridas medidas constritivas, inclusive a penhora de 63 (sessenta e três) imóveis do empreendimento financiado que estão livres de quaisquer ônus, conforme indicados pelo Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Araçatuba – SP:

Tem-se a honra de encaminhar a V.Exa., o incluso título consistente no r. ofício expedido em 02 de agosto de 2019, acompanhado do despacho de averbação da indisponibilidade, petição inicial datada de 20/11/2018, extraídos dos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial em epígrafe, movida pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em face de **ILHAS DO PACÍFICO EMPREENDIMENTOS SPE LTDA E OUTROS**, devidamente averbada nas matrículas:

Nº 116.704, 116.706, 116.707, 116.708, 116.711, 116.712, 116.716, 116.717, 116.724, 116.727, 116.736, 116.744, 116.751, 116.753, 116.755, 116.759, 116.764, 116.767, 116.768, 116.771, 116.772, 116.775, 116.776, 116.779, 116.780, 116.783, 116.784, 116.787, 116.788, 116.789, 116.791, 116.792, 116.795, 116.796, 116.805, 116.808, 116.809, 116.813, 116.816, 116.817, 116.818, 116.820, 116.821, 116.825, 116.840, 116.844, 116.849, 116.857, 116.860, 116.864, 116.865, 116.868, 116.872, 116.876, 116.880, 116.881, 116.884, 116.885, 116.889, 116.892, 116.893, 116.896 e 116.897.

31. Contrariamente ao esperado, aquele DD. Magistrado, chamou o feito à ordem e excluiu da listagem de imóveis penhorados aquele de matrícula nº 116.753, ante a sentença proferida nos Embargos de Terceiro, bem como igualmente



excluiu da relação de bens a serem praceados os imóveis de matrículas nºs 116.717, 116.779 e 116.840, vez que pende de julgamento os Embargos de Terceiros opostos em relação à estes bens. Além disso, o Juízo que processa o citado feito determinou a CONSTATAÇÃO e REAVALIAÇÃO dos bens remanescentes (59 imóveis) por Oficial de Justiça e designou a data de 09/10/2023 às 11h para a 1ª praça e a data de 16/10/2023 para a 2ª praça, às 11h, ambas a serem realizadas por via eletrônica pela Central de Hastas Públicas Unificadas da Justiça Federal da 3.ª Região – CEHAS.

32. Há, portanto, iminente risco ao patrimônio da Ilhas do Pacífico, que está em vias de ter 59 (cinquenta e novo) unidades leiloadas do seu ativo circulante (considerando que o juiz excluiu do leilão as matrículas nºs 116.753; 116.717, 116.779 e 116.840, mantendo as demais.

33. Em síntese, os motivos alhures foram os que levaram a R.B. Engenharia e, por conseguinte, a Ilhas do Pacífico, a não conseguir honrar com todos os seus débitos, destacando-se a devolução de centenas de unidades pelos adquirentes e aumento do passivo para a renegociação, agravada pelo cenário da crise pandêmica e pelos atos constritivos que decorrem da execução ajuizada pela Caixa Econômica Federal.

34. Nesse contexto, considerando todo o exposto e ante a viabilidade de composição com seus principais credores, pela mediação, sem as pressões impostas pelos atos constritivos das execuções individuais, como última alternativa à possível reestruturação do seu endividamento de forma coletiva por uma das ferramentas do Instituto da Recuperação de Empresas ou, em última análise, ante a ausência de tempo hábil para o levantamento da documentação integral para o ajuizamento de eventual pedido recuperacional, se fez mais que necessário o ajuizamento da presente Tutela Cautelar para que lhe seja resguardado o direito de buscar o seu soerguimento financeiro pelo instituto recuperacional, visando à manutenção da sua atividade empresarial, nos termos do art. 47 da LFRE.



III. CABIMENTO DA MEDIAÇÃO EM CARÁTER ANTECEDENTE AO PEDIDO RECUPERACIONAL – PREVISÃO ART. 20-B, IV, §1º, DA LFRE – NECESSÁRIA SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES E DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO/ALIENAÇÃO PARA VIABILIZAR A COMPOSIÇÃO COM OS CREDORES EM SEDE DOS PROCEDIMENTOS DE MEDIAÇÃO

35. A possibilidade de se utilizar a mediação de forma antecedente no processo de Recuperação Judicial/Extrajudicial foi introduzida na LFRE em reforma recente trazida pela Lei nº 14.112/20, cuja vigência teve início em janeiro de 2021.

36. Registra-se que antes mesmo da reforma da LFRE, a Recomendação nº 58 de 22/10/2019 do Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”), alterada para adequação à nova legislação pela Recomendação nº 112 de 20/10/2021¹⁵, já dispunha sobre a possibilidade de se realizar sessões de mediação e conciliação no âmbito do Instituto da Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/05), com base na experiência prévia neste tipo de caso.

37. Ademais, considerando o art. 189¹⁶ da LFRE c/c o art. 3º, §3º, c/c 190, ambos do Código de Processo Civil, **“a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.”**,

¹⁵“CONSIDERANDO que a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados pelos juízes, conforme disposto no art. 3º, parágrafo 3º, e no art. 334 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015);

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, regulamentou, no ordenamento jurídico, o procedimento de mediação, judicial e extrajudicial, como meio de solução de controvérsias;

CONSIDERANDO que o objetivo da recuperação judicial nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, preservando a empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica; [...]

CONSIDERANDO o teor do Enunciado nº 45, aprovado na I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios, iniciativa promovida pelo Conselho da Justiça Federal alinhada ao entendimento de que “a mediação e conciliação são compatíveis com a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, bem como em casos de superendividamento, observadas as restrições legais”;

CONSIDERANDO a complexidade dos processos de recuperação judicial que abrangem interesses de múltiplas partes;

¹⁶ Art. 189. Aplica-se, no que couber, aos procedimentos previstos nesta Lei, o disposto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), desde que não seja incompatível com os princípios desta Lei.



principalmente nos processos de insolvência, ante a possibilidade de formalização de negócios jurídicos processuais.

38. Nesse sentido, Diego Faleck¹⁷ classifica como benefícios da mediação nos processos de insolvência (mediação na recuperação judicial ou extrajudicial):

[...] drástica redução de custos; solução rápida das disputas, com economia de tempo; redução dos custos diretos e indiretos de resolução de conflitos; gasto reduzido de executivos e gerentes internos da Empresa; redução do desgaste de relacionamentos importantes para a Empresa; minimização de incertezas quanto aos resultados; e, mesmo quando a Mediação não gera um acordo imediatamente, sua utilização propicia vantagens para as partes, como: a melhor compreensão da disputa e o estreitamento de pontos que posteriormente serão submetidos à Arbitragem ou ao Poder Judiciário.

39. Ainda nesse sentido, o CNJ editou, também antes da reforma da LFRE, a Recomendação CNJ nº 71 de 05/08/2020, alterada para adequação à nova legislação pela Recomendação nº 112 de 20/10/2021, que dispõe sobre a criação dos Centros Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), também com o objetivo de promover a mediação no âmbito dos procedimentos de insolvência¹⁸.

40. E, ainda, cita-se Enunciado nº 45 da 1ª Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho de Justiça Federal:

¹⁷ Revista de Arbitragem e Mediação da RT (R Arb, ano 11, volume 42, julho-setembro – 2014, pp. 263/278) o artigo Mediação empresarial: Introdução e aspectos práticos, p. 265.

¹⁸ “CONSIDERANDO as experiências já implementadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo (Provimento CGJ nº 11/2020), Paraná (Cejusc de recuperação de empresas na Comarca de Francisco Beltrão), Rio de Janeiro (Ato nº 17/2020), Espírito Santo (Ato Normativo Conjunto nº 22/2020), Rio Grande do Sul (Ato nº 25/2020) e outras experiências bem-sucedidas;

CONSIDERANDO que o microsistema normativo de métodos adequados de tratamento de conflitos empresariais, composto pelas Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), Lei nº 13.140/15 (Lei de Mediação), Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem), Resoluções CNJ nº 125/2010, nº 271/2018 e Recomendação CNJ nº 58/2019, prioriza a solução consensual dos conflitos; CONSIDERANDO que são pilares fundamentais para a implementação de práticas de utilização de meios adequados de solução de conflitos, especialmente na área empresarial, a notória especialização do mediador para conflitos empresariais, a utilização de política remuneratória condizente com a complexidade e repercussão econômica da causa e com o grau de especialização do mediador, a estruturação das instalações e capacitação dos mediadores que compõem os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejuscs”;



A mediação e conciliação são compatíveis com a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, bem como em casos de superendividamento, observadas as restrições legais. (g.n.)

41. Como se vê das Recomendações do CNJ supramencionadas, apesar de se tratar de método recentemente incorporado à legislação de insolvência, a mediação vem sendo crescentemente utilizada pelos juízes e profissionais atuantes na área em situações de litígio nos últimos anos, haja vista a importância dos métodos alternativos de resolução de conflitos para viabilizar uma reestruturação mais célere e eficiente, sendo vista como extremamente benéfica para as partes e para o sistema judiciário como um todo:

Ambos os métodos autocompositivos [conciliação e mediação] são relevantes para auxiliar o devedor e seus credores a obterem melhor solução para superar a crise econômica que acomete a atividade empresarial. Ao permitirem melhor conhecimento a respeito das necessidades dos credores e da situação econômico-financeira do devedor, a mediação e a conciliação permitirão a estruturação de plano de recuperação judicial mais adequado a essas pretensões, e uma deliberação mais qualificada pelos credores para que se obtenha a maior satisfação dos créditos possível.¹⁹

42. A LFRE, portanto, prevê expressamente a possibilidade de uma mediação antecedente, ante a possibilidade de construir solução amigável, que evite a Recuperação Judicial/Extrajudicial, ou, caso isto não seja possível, permita uma recuperação já estruturada e negociada previamente com seus credores, alinhando interesses convergentes e diminuindo a deterioração de valor da empresa no processo. Confira-se:

Cabe ao juiz, o controle e a fiscalização dessa distribuição equilibrada de ônus, que na verdade resulta de intensa negociação entre devedores e credores até a aprovação do plano. É nesse contexto de intensa negociação prévia que a mediação se insere, como mais um instrumento adequado aos fins da própria lei 11.101/2005, que em seu art. 161, prevê inclusive a possibilidade de o devedor propor e negociar com os credores plano de recuperação extrajudicial, demonstrando que a mediação é terreno fértil para a elaboração de um plano de

¹⁹ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. In Comentários à Lei de Recuperação de Empresas / Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, coordenador. – São Paulo: Thomson Reuters. Brasil, 2021. p. 156



recuperação para a empresa em crise, que contemple essa saudável distribuição de ônus entre devedor e credores, tendo um terceiro imparcial, facilitador da comunicação entre as partes, expert na área, e que possa num ambiente de confidencialidade, auxiliar na aproximação de interesses convergentes, encurtando o procedimento, altamente ritualístico e moroso, evitando impugnações desnecessárias, tornando-o célere e eficaz ao final.²⁰

43. Em relação à suspensão das execuções, a LFRE prevê que poderá ser instaurada mediação ou conciliação antecedentes aos processos de Recuperação Judicial/Extrajudicial, notadamente: **(i)** nas fases pré-processual e processual de disputas entre sócios/acionistas de empresa em dificuldade/RJ ou disputas com credores não sujeitos ao procedimento; **(ii)** em conflitos envolvendo concessionária ou permissionárias de serviços públicos em Recuperação Judicial/Extrajudicial ou entes públicos; **(iii)** na hipótese de haver créditos extraconcursais contra empresas em Recuperação Judicial/Extrajudicial durante período de vigência de estado de calamidade pública; e **(iv) na hipótese de negociação de dívidas e respectivas formas de pagamento entre a empresa em dificuldade e seus credores, em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação (art. 20-B da LFRE).**

44. Na hipótese prevista no inciso IV do art. 20-B da LFRE, notadamente a negociação entre as devedoras e os seus credores em caráter antecedente ao ajuizamento do feito recuperacional, como é o caso das Requerentes, a LFRE faculta às empresas em dificuldade a obter a tutela de urgência cautelar em caráter antecedente, nos termos do art. 305 e seguintes do CPC, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, para a tentativa de composição com os seus credores.

45. No que tange às Requerentes, destaca-se ser necessária a instauração de procedimento de mediação buscando a tentativa de composição da dívida

²⁰ Andréa Galhardo Palma e Carmen Sfeir Jacir. A mediação na recuperação judicial e as técnicas inerentes ao mediador empresarial. Disponível em < <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-consensuais/347224/amediacao-e-as-tecnicas-inerentes-ao-mediador-empresarial>>, acesso em 07.07.2022, às 16h32.



junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 24.919.906,50 (vinte e quatro milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e seis reais e cinquenta centavos), atualizado até maio de 2020.

46. De acordo com a doutrina, a medida se faz necessária para permitir que a negociação ocorra sem que haja a constrição sobre os ativos do devedor que possa inviabilizar a solução negociada:

A justificativa para a concessão da medida cautelar é permitir que haja uma antecipação dos efeitos da recuperação judicial, de forma a se permitir a negociação entre devedor e credores sem que houvesse a constrição sobre ativos que pudessem comprometer eventual plano futuro de recuperação judicial.²¹

47. Não há dúvidas, portanto, de que a concessão da tutela cautelar beneficia não apenas as Requerentes, como todos os seus credores, que terão iguais oportunidades de negociar a forma de reestruturação que atenda a todos de forma equânime, ao invés de correr os riscos de suportar os prejuízos da liquidação da empresa na falência.

48. Dentro desse quadro, é patente o cabimento da medida cautelar, na medida em que se pretende assegurar às Requerentes a suspensão do curso das execuções e constrições em face do patrimônio e bens essenciais à manutenção de suas atividades industriais, até que seja possível atingir solução amigável com os seus credores ou, na ausência desta, que as Requerentes possam organizar a extensa documentação necessária para a distribuição de pedido de Recuperação Judicial ou Extrajudicial.

49. A medida ora pleiteada visa resguardar, ainda, o resultado útil da mediação e de eventual processo de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, vez que a

²¹ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. In Comentários à Lei de Recuperação de Empresas / Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, coordenador. – São Paulo: Thomson Reuters. Brasil, 2021. p. 162



continuidade das medidas constritivas obrigariam ao ajuizamento imediato de tais medidas, e a dificuldade e burocracia para a obtenção dos documentos listados na LFRE atrasariam significativamente a concessão dos efeitos do deferimento do processamento, colocando em risco a preservação e a manutenção da empresa e, conseqüentemente, os contratos, fornecimentos e empregos diretos e indiretos gerados por sua atividade.

50. Em casos semelhantes, percebe-se que a jurisprudência pátria reconhece a necessidade de suspensão das ações e execuções antes do pedido recuperacional, em si, para viabilizar a manutenção da atividade empresarial enquanto o devedor reúne documentos, o que deve ser aplicado por analogia a este caso, em que as Requerentes buscam a mediação com seus credores:

Tem-se ainda que, como relatado, a decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP foi prorrogada até 24 de novembro de 2021 (e STJ, fls. 59-60), estando, portanto, vigente a determinação no sentido de suspender, cautelarmente, todas as execuções trabalhistas contra a empresa ora suscitante, autora de medida preparatória de pedido de recuperação judicial, nos termos do que autoriza o § 1º do art. 20 da Lei n. 11.101/2005, incluído pela Lei n. 14.112/2020. Assim, em tal contexto, sobreleva, além da urgência, a plausibilidade no pleito liminar, já que, repita-se, a ordem do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo/SP é no bojo de cautelar preparatória, para viabilizar possível pedido de recuperação judicial, cujo escopo primordial, como cediço, é o de manter a atividade empresarial. Na apreciação de casos análogos, o Superior Tribunal de Justiça vem adotando a orientação segundo a qual a "recuperação judicial tem por objetivo tornar efetiva a função social a ser exercida pela empresa e constitui processo ao qual podem se submeter empresários e sociedades empresárias que atravessam situação de crise econômico-financeira, mas cuja viabilidade de soerguimento, considerados os interesses de empregados e credores, se mostre plausível."²²

51. Conclui-se, portanto, que a suspensão das ações e execuções contra as Requerentes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, previsto no art. 20-B, §1º, da LFRE, para a realização das sessões de mediação com seus credores, é medida imprescindível,

²² CC 157.022/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2020, DJe 04/06/2020.)



principalmente em razão da crise financeira que as Requerentes atravessam e do certo preenchimento dos requisitos exigidos pelos arts. 294, 305 e seguintes do Código de Processo Civil, os quais serão amplamente delineados e demonstrados.

IV. CABIMENTO DA TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE – ACAUTELAMENTO DO DIREITO DE SE VALER DO INSTITUTO RECUPERACIONAL – ART. 6º, §12º, ART. 20-B, IV, §1º E ART. 189 DA LEI Nº 11.101/05 C/C ARTS. 294, 297, 300, 305 E SEGUINTE DO CPC

52. Destaca-se, inicialmente, a aplicabilidade do Código de Processo Civil no caso em tela por força do art. 189 da LFRE, haja vista a natureza de Direito Processual e de Direito Material dos feitos recuperacionais, enquanto negócio jurídico, nos termos do art. 190 do Código de Processo Civil.

53. Logo, a tutela ora requerida também possui amparo, além do art. 20-B, IV, §1º da LFRE destacado no tópico anterior, nos arts. 6º, §12 c/c 294, 300, 305 e seguintes do CPC, e visa à suspensão das ações, das execuções e dos atos constritivos porventura já deferidos ou em vias de ser, no prazo de 60 (sessenta) dias, que é quando será apresentado, caso infrutíferas as mediações dentro do prazo estabelecido, o pedido principal, qual seja, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial das Requerentes R.B. Engenharia e Ilhas do Pacífico, com o fito de acautelar o direito das Requerentes de se valer de referido instituto para promover o seu soerguimento financeiro e negociar com os seus credores.

54. Pois bem. Nos termos do art. 294 do CPC, a tutela provisória deve ser fundamentada na urgência e na evidência.

55. Em relação à tutela provisória de urgência, ela pode possuir natureza cautelar, para o acautelamento de um direito, ou antecipada, visando à satisfação



imediate de um direito, bem como ser formulada/concedida de forma antecedente ou incidentalmente no bojo dos processos já em curso, nos termos do parágrafo único do art. 294 do CPC. Confira-se:

*Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.
Parágrafo único. **A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.***

56. O Diploma Processual Civil prevê como requisito para a concessão da tutela provisória de urgência a comprovação da probabilidade de direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo:

*Art. 300 - A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem **a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.***

57. Ademais, nos termos do art. 300, §2º, do CPC, a tutela provisória de urgência pode ser concedida liminarmente, sem a necessidade de justificação prévia.

58. No caso em tela, as Requerentes buscam o deferimento da Tutela Cautelar, de forma antecedente, com fundamento nos arts. 305²³ e seguintes do CPC, notadamente o deferimento da medida intentada consubstanciada na suspensão de ações, execuções e atos constritivos deferidos e/ou em vias de ser, sobretudo em relação aos seus bens e recursos que seriam auferidos em razão dos serviços prestados aos seus contratantes – vez que há determinação de juízo executivo para retenção dos referidos pagamentos para satisfação de débito em nome das Requerentes –, até que formulado o pedido principal

²³ Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, **a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.**



recuperacional, no prazo de 60 (sessenta) dias do deferimento da tutela, observado o prazo descrito no art. 20-B, IV, § 1º da “LRFE”, a fim de que as Requerentes tenham tempo hábil de reunir toda a documentação necessária para o ingresso do pedido, sem que, contudo, fique desprotegida e sendo alvo de arresto, bloqueios e penhoras nas demandas individuais, de créditos sujeitos, manejadas pelos credores, ou seja, visando ao acautelamento do seu direito de postular em juízo a proteção estatal para o seu soerguimento financeiro.

59. Para tanto, torna-se necessária a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e demonstração do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

60. Sobre a aplicabilidade da tutela pretendida pelas Requerentes no âmbito dos procedimentos, leciona o doutrinador Daniel Carnio Costa o seguinte:

Mas, além dessas duas tutelas de urgências típicas, também há a possibilidade de utilização da tutela de urgência atípica em processos recuperacionais. Trata-se da utilização do procedimento de tutela cautelar requerida em caráter antecedente ao ajuizamento da recuperação judicial, com fundamento nos artigos 305 e seguintes do CPC.

*O Código de Processo Civil autoriza que a parte pleiteie tutela cautelar nominada em caráter antecedente ao ajuizamento do processo no qual discutirá sua pretensão de direito material. **Nesse sentido, a devedora ajuíza essa medida cautelar buscando alguma proteção e, no prazo de 30 dias, deve ajuizar a ação principal (emendar a petição inicial da cautelar).***

Já houve casos em que a devedora ajuizou pedido de tutela de urgência consistente na suspensão das execuções de seus credores, a fim de ajuizar no prazo de 30 dias o pedido de recuperação judicial.

Tratando-se de medida cautelar nominada, não há definição legal do conteúdo da tutela a ser deferida pelo magistrado, nem tampouco definição específica do que configuraria o fumus boni juris e o periculum in mora. Assim, pode a devedora requerer qualquer medida de proteção, desde que convença o magistrado de que existe fumaça do seu bom direito e de que a não concessão da cautela colocaria em risco o resultado útil do futuro processo de recuperação judicial.



O fundamento da utilização dos procedimentos de tutela cautelar requeridas em caráter antecedente é o art. 189 da lei 11.101/05, segundo o qual se aplicam aos procedimentos de insolvência empresarial as disposições do Código de Processo Civil, desde que não sejam incompatíveis com os princípios da lei de recuperação empresarial e falências.²⁴ (g.n.)

61. Além da tentativa de mediação, nos termos do art. 20-B, IV, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, o pleito das Requerentes também se justifica em virtude da previsão do art. 6º, §12º, da LFRE, o qual autoriza “*antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial*”, desde que comprovada a mencionada probabilidade do direito e o perigo de dano.

62. Também sobre o tema, importante os dizeres de Daniel Carnio Costa e Alexandre Corrêa Nasser de Melo:

*A Lei 11.101/05, art. 6º, §12, estabelece que o magistrado, quando respeitado o contido no CPC /2015 art. 300, poderá deferir tutela de urgência para antecipar, total ou parcialmente os efeitos do processamento da recuperação judicial. (...) Essa disposição legal é de essencial importância para a proteção das empresas que buscam em juízo a recuperação judicial. Isto porque o simples protocolo do pedido acarreta uma verdadeira corrida ao ouro, com o ajuizamento de ações pelos credores em busca de seus direitos, antes de juízo conceder a suspensão prevista na lei 11.101/2005, art. 6º, § 4º. **Ao possibilitar a suspensão antes mesmo de ser deferido o processamento da recuperação judicial a lei protege a devedora e assegura ao juízo a tranquilidade de não colocar em processamento recuperação judicial de empresa cuja situação esteja irregular.**²⁵ (g.n.)*

63. Além de todos os fundamentos legais acima expostos, o pleito das Requerentes também está pautado no **poder de cautela do Magistrado**, nos termos do

²⁴ Carnio Costa, Daniel. **As tutelas de urgência típicas e atípicas em processos de recuperação judicial de empresas**. Coluna insolvência em foco, 2023. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/coluna/insolvencia-em-foco/386887/tutelas-de-urgencia-em-processos-de-recuperacao-judicial-de-empresas> >. Acesso em: 11 jun. 2023.

²⁵ Comentários a lei de recuperação de empresas e falência: lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo - Curitiba: Juruá, 2021, pg. 72.



art. 297 do CPC, na medida em que este Julgador pode “*determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.*”

64. Logo, demonstrada a fundamentação legal que ampara o cabimento da presente Tutela Cautelar em Caráter Antecedente, a seguir as Requerentes passam a demonstrar o preenchimento dos requisitos legais para o deferimento da medida cautelar intentada.

V. DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA CAUTELAR – **PROBABILIDADE DO DIREITO, PERIGO DE DANO E RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PLEITO RECUPERACIONAL** – EXECUÇÕES EM CURSO COM IMINENTE RISCO DE CONSTRIÇÕES – PRAZO EXÍGUO PARA A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRAL PARA O PEDIDO RECUPERACIONAL

65. Como mencionado no tópico pregresso, para o deferimento da medida intentada pelas Requerentes é necessário demonstrar o preenchimento dos requisitos do art. 300 e 305 do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

66. Aliás, por se tratar de tutela, a análise pelo Magistrado deve ser realizada em sede de cognição sumária, ou seja, a apreciação do pedido deve se ater a probabilidade do direito invocado pelas Requerentes, eliminando-se com isso os efeitos deletérios da espera por uma cognição exauriente.

67. Assim sendo, é patente que a presente medida cautelar é plenamente cabível e adequada ao caso concreto, haja vista que é a única medida capaz de garantir a proteção provisória dos bens e ativos das Requerentes nesse delicado período de crise econômico-financeira.

68. Isso porque, o *fumus boni iuris* é cabalmente verificado ao considerar o real cenário e as intenções das Requerentes. De acordo com o ordenamento



processual civil, a tutela de urgência será concedida quando houver “*elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*”, conforme aplicação do art. 305 do Código de Processo Civil.

69. No presente caso, conforme se verifica do próprio relato dos fatos, a presença dos requisitos autorizadores da tutela cautelar ora requerida é indiscutível. Sendo assim, é certo que, estando configurada a situação de crise, terá início a instauração do concurso de credores, de modo que as Requerentes agem de boa-fé ao tentar proteger os ativos vitais para a continuidade das suas atividades e posterior reestruturação.

70. No entanto, caso este D. Juízo entenda que, por qualquer razão, não estão preenchidos os requisitos para a concessão da tutela cautelar em razão da mediação (o que não se espera), deverá conceder a tutela cautelar, na medida em que, como se demonstrará abaixo, as Requerentes fazem *jus* ao ajuizamento de Recuperação Judicial/Extrajudicial, visto que preenchem todos os requisitos legais, além de estar enfrentando risco de danos imediatos, gravíssimos e irreparáveis, conforme se verá abaixo.

71. O ***periculum in mora*** do caso salta aos olhos. Isto porque, nos autos da Execução de Título Extrajudicial promovida pela Caixa Econômica Federal, processo nº 5002849-17.2018.4.03.6107, em trâmite perante 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Araçatuba/SP, foi designado leilão de 59 (cinquenta e nove) unidades do empreendimento Ilhas do Pacífico, para a data de **09/10/2023** às 11h para a 1ª praça e a data de **16/10/2023** para a 2ª praça, às 11h, ambas a serem realizadas pela via eletrônica pela Central de Hastas Públicas Unificadas da Justiça Federal da 3ª Região – CEHAS.

72. Desta forma, desnecessário dizer que o leilão dos referidos imóveis irá impactar o ativo da Ilhas do Pacífico e possui o condão de inviabilizar a atividade da SPE por completo. Nesse sentido, não há dúvidas de que os atos expropriatórios desta



natureza que estão em vias de ocorrer e podem ser requeridos por outros credores geram danos incomensuráveis e potencialmente irreversíveis para as Requerentes.

73. Logo, não é possível aguardar a reunião de toda a documentação do art. 51 da LFRE para a formulação do pedido principal, de modo que, sob qualquer ótica que se examine a questão, o PERIGO DE DANO é manifestamente real, ante a possibilidade imediata de leilão das 59 (cinquenta e nove) unidades do Empreendimento Ilhas do Pacífico por credores sujeitos à Recuperação Judicial e que poderiam comprometer a estruturação de uma negociação coletiva para a superação da crise econômico-financeira da devedora, visto que qualquer ato de constrição inviabilizará a continuidade da atividade das Requerentes.

74. Portanto, Excelência, resta patente o PERIGO DE DANO!

75. Cumpre ressaltar que a documentação prevista no art. 51 da LFRE não pode servir de obstáculo para a concessão da medida para evitar o esvaziamento dos ativos das Requerentes, notadamente para a satisfação de dívida concursal que será paga nos moldes do Plano Recuperacional que será eventualmente apresentado. Nesse sentido, são válidas as considerações de Marcelo Sacramone:

Na recuperação judicial, o perigo de dano poderá caracterizar-se com a possibilidade imediata de constrição de ativos do devedor por credores sujeitos à recuperação judicial e que poderiam comprometer a estruturação de uma negociação coletiva para a superação da crise econômico-financeira do devedor. Mas não apenas. É imprescindível que o devedor demonstre que sequer possui prazo hábil para providenciar a documentação do art. 51 e realizar o pedido de recuperação judicial”²⁶ (g.n.)

²⁶ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. In Comentários à Lei de Recuperação de Empresas / Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, coordenador. – São Paulo: Thomson Reuters. Brasil, 2021. p. 92.



76. Nessa linha de inteligência, a concessão da presente tutela é medida acautelatória mais que urgente e necessária, *data maxima venia*, haja vista o iminente risco de esvaziamento de ativos e do caixa das Requerentes, a qual, caso indeferida, impossibilitará as Requerentes de ter, ao menos, a chance de pedir socorro ao Poder Judiciário, via apresentação do pedido recuperacional, para promover o seu soerguimento financeiro, situação que, sem sombra de dúvidas, acarretará em prejuízo não somente às Requerentes, mas à coletividade de credores, colaboradores, fornecedores e à própria comunidade local, com a consequente demissão de funcionários.

77. Sem prejuízo, as Requerentes destacam que estão envidando os seus maiores esforços para reunir a documentação completa para o devido cumprimento dos requisitos necessários para o ajuizamento e processamento de Recuperação Judicial, nos termos do arts. 48 e 51 todos da LFRE, que será apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias da efetivação da medida cautelar intentada, sendo certo que apenas não o faz neste momento em razão da urgência instalada pelo iminente risco de retenção de seus recursos financeiros, essenciais para manutenção de suas atividades.

78. Assim, com relação ao atendimento dos requisitos para o ajuizamento de Recuperação Judicial/Extrajudicial, as Requerentes declaram, neste ato, que preenchem os requisitos necessários, conforme disposição do art. 48 da LFRE, quais sejam: **(i)** exercem atividade há mais de 2 (dois) anos; **(ii)** nunca foram falidas; **(iii)** nunca obtiveram concessão de Recuperação Judicial/Extrajudicial em qualquer modalidade; e **(iv)** as Requerentes, os seus acionistas e administradores nunca foram condenados por qualquer dos crimes previstos na LFRE.

79. Desta forma, é certo que estão presentes *in casu* os requisitos para a concessão da Tutela Cautelar Antecedente, quais sejam, **(i)** *fumus boni iuris* e **(ii)** *periculum in mora* e, também, **(iii)** o risco ao resultado útil do processo, nos termos dos arts. 294, 300 e 305 e seguintes do CPC.



80. Ademais, a presente tutela também deve ser analisada com base no poder de cautela deste D. Juízo, nos termos do art. 297 do CPC.

81. Assim, demonstrado o preenchimento dos requisitos legais, as Requerentes pugnam pelo deferimento da presente Tutela Cautelar em Caráter Antecedente, a fim de que seja determinada a suspensão das ações, execuções e atos de constrição/alienação em face das empresas Requerentes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, até que seja apresentado o pedido de Recuperação Judicial/Extrajudicial.

VI. PEDIDOS

82. Diante do exposto, com fundamento no disposto nos arts. 294, 297, 300 e 305 e seguintes do CPC c/c art. 20-B, IV, §1º da LFRE, art. 6º, §12º e art. 189 da LFRE, as Requerentes postulam pelo deferimento, liminarmente e inaudita altera parte, da presente Tutela Cautelar em Caráter Antecedente, para determinar a suspensão de todas as ações, execuções e atos de constrição/alienação contra as Requerentes que envolvam créditos concursais, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, até que seja apresentado o competente pedido de Recuperação Judicial/Extrajudicial.

83. As Requerentes requerem que conste no *decisum* de forma expressa a ordem de suspensão do leilão das 59 (cinquenta e nove) unidades de propriedade da Ilhas do Pacífico, designado para o dia 09/10/2023 às 11h para a 1ª praça e a data de 16/10/2023 para a 2ª praça, às 11h, ambas a serem realizadas pela via eletrônica pela Central de Hastas Públicas Unificadas da Justiça Federal da 3ª Região – CEHAS, relativamente à Execução de Título Extrajudicial nº 5002849-17.2018.4.03.6107, em curso perante a 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Araçatuba/SP, ante o risco iminente de expropriação definitiva dos imóveis.



84. Por fim, as Requerentes pretendem que todas as futuras intimações relativas ao presente feito sejam efetuadas exclusivamente em nome dos advogados Tiago Aranha D'Alvia, inscrito na OAB/SP sob o nº 335.730, e Jorge Nicola Junior, inscrito na OAB/SP sob nº 295.406, ambos com endereço profissional na Rua Elvira Ferraz, 250, cj. 205, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04552-040, sob pena de nulidade.

85. Atribui-se à causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Termos em que,


Pedem deferimento.

De São Paulo (SP) para Araçatuba (SP), 6 de outubro de 2023.


Roberto Gomes Notari
OAB/SP 273.385


Tiago Aranha D'Alvia
OAB/SP 335.730


Jorge Nicola Junior
OAB/SP 295.406


Marco Antonio P Tacco
OAB/SP 304.775